



PSICANÁLISE

Adriana Navarrete Bianchi

Paulina Zukerman

organizadoras

Psicanálise de casal e família

Reflexões latino-americanas

Blucher



PSICANÁLISE
DE CASAL E FAMÍLIA

Reflexões latino-americanas

Organizadoras

Adriana Navarrete Bianchi

Paulina Zukerman

Psicanálise de casal e família: reflexões latino-americanas

© 2024 Adriana Navarrete Bianchi e Paulina Zukerman (organizadoras)

Editora Edgard Blücher Ltda.

SÉRIE FEPAL: PSICANÁLISE LATINO-AMERICANA

COORDENADORA CIENTÍFICA MARINA MASSI

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Rafael Fulanetti

Coordenação de produção Andressa Lira

Produção editorial Departamento de produção

Preparação e revisão de texto Samira Panini

Diagramação Departamento de produção

Capa Laércio Flenic

Colaboração Leo Mangiavacchi (designer – Fepal)

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Psicanálise de casal e família : reflexões latino-americanas / organizado por Adriana Navarrete Bianchi, Paulina Zukerman. - São Paulo : Blucher, 2024. 326 p. (Série Fepal / coordenadora Marina Massi)

Vários autores

Bibliografia

ISBN 978-85-212-2263-7

1. Psicanálise 2. Casais – Psicanálise 3. Família - Psicanálise I. Bianchi, Adriana Navarrete II. Zukerman, Paulina III. Massi, Marina IV. Federação Psicanalítica da América Latina V. Serie

24-4080

CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:
1. Psicanálise

Conteúdo

Prefácio	13
----------	----

Adriana Navarrete Bianchi

Encontro ENTRE – História e Psicanálise

Famílias: passado e presente

1. Uma visão histórica	19
------------------------	----

Mariana Cantarelli

2. Uma visão psicanalítica	31
----------------------------	----

Maria Aparecida Quesado Nicoletti

Encontro ENTRE – Arte e Psicanálise

Casal e Família: o íntimo e o público

3. Entre Arte e Psicanálise implicadas: segredos de família entre-dois	45
------------------------------------------------------------------------	----

João A. Frayze-Pereira

4. Intimidade 63
Addys Attías de Cavallin

Encontro ENTRE – Literatura e Psicanálise

Casal e Família através do tempo: ficções e realidades

5. As famílias como grupos ligados por experiências,
testemunhos e relatos: um conto possível 77
Federico R. Urman
6. Casal e família na literatura: uma aproximação
histórica mínima 87
María Dolores Ara

Encontro ENTRE – Antropologia e Psicanálise

O mundo pós-pandemia

7. Transgeracionalidade e cultura na clínica psicanalítica 99
David Léo Levisky
8. A pandemia e o pandemônio: crises da pessoa no
Brasil contemporâneo 115
Luiz F. D. Duarte

Plenária 34º Congresso Fepal – transitoriedades e incertezas

Amor/amores: transitoriedades e incertezas nos vínculos

9. O fim do amor ou a queda de uma ilusão? 133
María Laura Méndez

10. Desde os desamores, as transitoriedades e incertezas até o amor, a certeza e a segurança 145
Berta Elena Fonseca Zárate
11. *Lost in translation...* ou dos encontros e desencontros, 153
Susana Muszkat
12. Depressão e deserção na psicofera pós-pandêmica 165
Franco Berardi
- Trabalhos apresentados em diversas instituições na América Latina**
13. O intersubjetivo e o vínculo: contribuições teóricas de Janine Puget no atendimento de casal e família 173
Adriana Navarrete Bianchi
14. Revisando nossas teorizações: atualizações sobre o conceito de vínculo 187
Graciela Rajnerman, Griselda Santos e Paulina Zukerman
15. Encontros e desencontros na terapia de casais: buscando abrir espaço para que as novidades criativas sejam ouvidas 201
Yubiza Zárate Zuvic
16. Desafios no tratamento de casais e famílias migrantes com setting on-line 215
Lucia Morabito
17. O impacto do suicídio de um filho na vida de seus pais 225
Lea S. de Setton
18. Relações passionais 235
Angela Piva

19. Entre Nós – Outros: as múltiplas caras da violência 245
Teresa Nora Popiloff e Alicia Lotufo de Wainstein
20. Comentário sobre o filme *Mães Paralelas* de Pedro Almodóvar 261
Silvia Resnizky
21. Os sofrimentos de hoje, os efeitos da produção de subjetividades e a experiência analítica 271
Elizabeth Palacios
22. Um exitoso casamento segundo a teoria de Spivacow 285
Ana Velia Vélez de Sánchez Osella, Carmen Maria Souto de Oliveira, Lúcia Eugênia Velloso Passarinho, Maria Lúcia de Aragão Canalli, Maria José Miguel e Nize Nascimento

2ª Jornada IPA-Fepal

Psicanalistas trabalhando com Casais e Famílias: dispositivos de subjetivação contemporâneos

23. Contrato narcísico e seus descaminhos: rastros da violência 295
Maria Inês Assumpção Fernandes
24. Transgeracionalidade, vínculo e esperança 307
Ana Rosa Chait Trachtenberg
- Sobre os autores 317

1. Uma visão histórica¹

Mariana Cantarelli

I

Não há dúvida de que somos contemporâneos de uma série de transformações na *subjetividade*. Seguindo o cânone contemporâneo, deveríamos dizer *subjetividades*. Para além do uso do singular ou do plural, a evidência se nos impõe. Há novas *subjetividades*. No consultório e no hospital, mas também na escola e na universidade, embora a lista pudesse incluir todas as instituições, encontramos novas *subjetividades*. Ou seja, com novas formas socialmente disponíveis de pensar, sentir e agir. De nos configurarmos e ligarmos socialmente, de estarmos no mundo.

Desse modo, pensamos, *as novas subjetividades* significam, antes de qualquer coisa, um campo de problemas teóricos atualmente abordados pelas disciplinas humanas e sociais. As problematizações da especificidade dos vínculos em geral e dos vínculos do casal e da família em particular, em tempos de fluidez (por contraposição à solidez dos vínculos modernos), fazem parte das interrogações deste campo e constituem um aporte fundamental de pensamento.

1 Apresentado no 1º Encontro ENTRE História e Psicanálise – Famílias: passado e presente. Encontro on-line da Comissão de Psicanálise de Casal e Família – Federação Psicanalítica da América Latina (CPCF – Fepal) dia 28 de maio de 2022.

Sobretudo aqueles pensamentos que não desprezam, mas não celebram as novas subjetividades, procurando antes dar conta das operações postas em jogo em cada caso.

No entanto, novas *subjetividades* também designam algo mais. Poderíamos dizer uma espécie de mal-estar. A pergunta sobre as novas *subjetividades* não se esgota em uma interrogação sobre sua especificidade (o que muda, o que permanece, o que se transforma) em torno das famílias, dos casais, dos sujeitos contemporâneos. Essa é apenas uma face da moeda. A outra face poderia ser formulada da seguinte forma: o que fazer (o que fazemos) perante e com estes novos sujeitos que põem em causa os nossos saberes profissionais, clínicos, teóricos e institucionais, todos eles constituídos em tempos mais sólidos do que os atuais. Em outras palavras, diante dessas mudanças subjetivas e sociais, como intervir e com quais ferramentas, quais de nossos saberes nos permitirão dar conta dessas novas formas de subjetividade, de vinculação e de sofrimento.

As perguntas sobre o estatuto das mutações das subjetividades e como se situa o nosso saber face a essas mutações atravessam os ofícios, as profissões e as disciplinas que trabalham com os sujeitos, como destaca o sociólogo François Dubet em *O declínio da instituição* (Dubet, 2022). Por isso mesmo, essas questões são inevitáveis na medida em que as condições sociais de produção das subjetividades e dos sofrimentos (mas também dos nossos ofícios, profissões e disciplinas) estão em processo de mutação.

Se pensarmos historicamente, a psicologia moderna e a psicanálise nascem como uma reflexão sobre um sujeito particular: o sujeito cartesiano e moderno constituído pelas instituições disciplinares em geral e pela família nuclear em particular. Não se trata de um sujeito qualquer. Nem de qualquer configuração familiar, mas de uma específica que produz um tipo de sofrimento associado às suas marcas subjetivas e sociais. Assim, quando nos questionamos sobre a mudança de condições, estamos a questionar-nos sobre estas variações:

qual é a especificidade das novas subjetividades? O que há de novo? O que há de velho? Que tipos de sofrimento estão a emergir em torno de sujeitos que vivem numa era mais fluida do que sólida? De que falamos quando falamos de ligações fluidas? Mas também como é que o nosso conhecimento se transforma à luz dessas novas subjetividades?

Levando em conta esse contexto de transformações, qual poderia ser a contribuição de uma reflexão histórica sobre esse tema? Nesse território de mutações, com que recursos poderia contribuir uma História da subjetividade enquanto discurso centrado na investigação dos modos de pensar, sentir e agir socialmente construídos?

De acordo com o historiador Ignacio Lewkowicz, o objeto de estudo do discurso histórico em geral (e da história da subjetividade em particular) não é o passado, mas a mudança social. Deste modo, o passado funciona como um campo de treino epistemológico, se me permitem a metáfora esportiva, para a construção de ferramentas conceituais ao serviço da investigação das mudanças atuais no plano da subjetividade da família e do casal.

Neste encontro, não pretendo ensaiar uma resposta exaustiva e abrangente a estas questões de enorme dimensão. Interessa-me, antes, discutir alguns tópicos deste processo de transformação das subjetividades familiares e conjugais que, suspeito, poderão contribuir para refletir e, com sorte, habitar os tempos que vivemos. Começemos então.

II

Em primeiro lugar, interessa-me analisar a crise do patriarcado como um marco epocal. Para além das modalidades que este processo adquire em cada sociedade (pois existem diferenças entre a América Latina e a Europa, entre países e regiões da América Latina, entre sociedades urbanas e rurais, entre classes sociais de um mesmo país), a tendência é clara. O patriarcado já não é o que era. E isso significa, entre outras coisas, que essa máquina de produção de subjetividade já

não tem a capacidade de produzir, à escala anterior, modelos, representações e práticas sobre a família e o casal.

No entanto, antes de passarmos à caracterização desse processo, vale a pena esclarecer pelo menos duas questões. Quando falamos de patriarcado, estamos falando de uma lógica social, cultural, política e econômica que se caracteriza, entre outras coisas, pela dominação dos homens sobre as mulheres e seus filhos, e que se reproduz através de várias instituições. Entre outras, a família. No entanto, para que isso seja possível, a intervenção do patriarcado não se limita à esfera doméstica, mas vai para além dela. Para que o patriarcado exista, é necessário muito mais do que famílias patriarcais. É necessária uma sociedade patriarcal.

Em segundo lugar, quais são as causas dessa crise? Segundo o sociólogo Manuel Castells, no volume II de *La sociedad de la información. O poder da identidade*, a crise do patriarcado está ligada a quatro fatores:

1. A transformação da economia e do mercado de trabalho em estreita associação com o acesso das mulheres ao ensino superior e universitário. Como sabemos, a entrada das mulheres no mercado de trabalho traduz-se em poder econômico para as mulheres, mas também na possibilidade de entrarem na esfera pública sem a tutela masculina.
2. A evolução tecnológica da biologia, da farmacologia e da medicina permite controlar cada vez mais a gravidez. A maternidade deixou de ser um destino inevitável, pelo menos para as mulheres de determinados sectores socioculturais.
3. A conversão do feminismo, especialmente a partir da III e IV ondas, num ator que intervém na cena política e questiona publicamente o patriarcado e o seu modo de vida. Não há dúvida de que o questionamento público do patriarcado tem um impacto na esfera doméstica por intermédio de discussões entre homens e

mulheres, mas também entre gerações sobre as formas de habitar o espaço privado. O slogan dos feminismos – “O pessoal é político” – inclui novas esferas de desconstrução.

4. A divulgação de modelos alternativos de casal e família, no mundo hiper conectado e global de hoje, constitui uma forma de desconstrução do cânone heteronormativo. As redes sociais oferecem-nos narrativas sobre famílias e casais alternativos. Basta olhar para o nosso Facebook ou Instagram para observar traços da cena pós-patriarcal.

A coincidência desses fatores corrói o patriarcado como lógica social. E, com ele, as instituições modernas da família e do casal. Detenhamo-nos agora nas origens destas instituições e reflitamos depois sobre alguns aspectos das suas transformações atuais.

III

A família, como é teorizada pela psicologia e pela psicanálise, é uma construção moderna que nasceu no contexto do processo de migração do campo para a cidade e com a Revolução Industrial.

No mundo pré-moderno, apesar das suas múltiplas diferenças, a família é uma comunidade estendida que reúne parentes de diferentes gerações na mesma casa e na mesma terra. A família moderna, pelo contrário, é uma configuração nuclear. Nesse movimento do campo para a cidade e por razões heterogêneas, a família reduz o número dos seus membros. Dessa forma, e como tendência geral, deixa de ser uma comunidade estendida para se tornar uma família tipo.

No entanto, essa variação não é exclusivamente quantitativa, mas intensamente qualitativa. Implica, antes, uma *revolução afetiva* no campo das subjetividades. A comunidade tradicional é um dispositivo de reprodução e de transmissão do patrimônio. Em suma, a linhagem é mais importante do que a reunião à volta da mesa. Por essa

mesma razão, a família pré-moderna é mais uma unidade produtiva e reprodutiva do que uma unidade emocional ou afetiva.

Pelo contrário, a família moderna é uma unidade fundamentalmente emocional que se constitui contra a comunidade, a linhagem e a tradição. A família moderna enfraquece os laços com o mundo exterior e reforça os vínculos internos. Ela nasce desta operação de distanciamento e, com ela, da própria noção de intimidade. Há um interior e um exterior para a família moderna. Além disso, há especialistas no interior reprodutivo (as mulheres) e no exterior produtivo (os homens).

No entanto, a centralidade que a afetividade adquire na família moderna pode ser lida em vários vínculos. E aqui interessa-me destacar dois. Por um lado, no vínculo do casal; por outro, no vínculo paterno-filial. E, especialmente, no vínculo materno-filial.

Como salientou a historiadora Stepahnie Coontz em *História do Casamento. Como o amor conquistou o casamento* (Coontz, 2006), o amor romântico é também uma construção moderna. Se definirmos um casal como uma relação afetivo-sexual resultante da decisão livre de duas pessoas de partilharem um projeto de vida, não há dúvida de que se trata de uma construção recente. Nas sociedades pré-modernas, as mulheres não decidem sobre esse assunto. Mas os homens também não. Na medida em que o casamento é um dispositivo a serviço da reprodução patrimonial, esta aliança é mais uma união entre famílias do que entre indivíduos. Por essa razão, os critérios de seleção dos parceiros não são afetivos, eróticos, estéticos etc. Também não cabe aos futuros cônjuges decidirem. Como dizia Aristóteles, o casamento é demasiado sério para ser governado por um sentimento como o amor.

Nesse sentido, a modernidade não é muito aristotélica. Para o homem e a mulher modernos, o amor romântico e o casal são o território do eu, e os critérios de seleção do parceiro são afetivos, eróticos, estéticos etc. Invertendo essa fórmula, o casamento moderno é mais uma união entre pessoas (homem e mulher, evidentemente) do que entre

famílias. Essa inversão introduz, convém sublinhar, uma mudança radical na história do matrimônio: a partir de agora, ele torna-se instável.

Mas a revolução afetiva moderna não se limita ao amor romântico. A nova afetividade perpassa tudo, incluindo os vínculos paterno-filiais e, especialmente, materno-filiais. Para além da especificidade que essa relação adquire em cada situação histórica, é inegável que a dimensão afetiva está sempre presente. Talvez como um produto da relação biológica. No entanto, como investigou o historiador Philippe Aries em *A criança e a vida familiar no Antigo Regime* (Aries, 1986), a modernidade construiu uma nova sensibilidade social sobre a infância por meio de vários dispositivos (escola, pediatria, literatura infantil, psicanálise infantil etc.) que entenderam esta fase da vida como uma etapa diferencial e decisiva na história de um sujeito.

Contudo, nesse novo esquema, a mãe será fundamental. A função materna, enquadrada na intimidade do lar, deixará de ser um empreendimento coletivo da comunidade estendida e passará a ser um território (quase em solitário) da mãe. Com a família moderna, nasceu a possibilidade de uma intimidade sem precedentes entre mãe e filho.

IV

Sigmund Freud teorizou sobre essas subjetividades familiares e de casal. No entanto, o nosso mundo vincular parece distanciar-se dessas formas. Para enfatizar a intensidade dessas mudanças, o sociólogo Zygmunt Bauman, usou uma metáfora bem conhecida e muito citada para descrever a especificidade dos vínculos contemporâneos: a liquidez (Bauman, 2003). O sociólogo, que retoma o espírito da arquetípica frase marxista: “Tudo o que é sólido esvai-se no ar”, do *Manifesto Comunista*, recorda-nos que os nossos pés já não estão assentes em terreno firme, porque as referências são escassas e os vínculos já não estão destinados a durar.

Para atenuar o choque provocado pelo fato de se pisar um terreno volátil, poderíamos pensar que a Modernidade também fez o seu trabalho de demolição de crenças, tradições e deuses. Mas também é necessário acrescentar que essa tarefa de demolição foi a primeira parte de um jogo de duas fases. Demolição e construção. Substituição de referências religiosas e tradicionais por referências laicas. Mas o conceito proposto por Bauman convida-nos a refletir sobre um cenário diferente: esta Modernidade é líquida. As referências estão se dissolvendo e, no entanto, não parecem surgir novas.

Porém, para avançarmos nessa descrição, voltemos às noções de casal e de família. De acordo com uma antiga definição antropológica, a família é estruturada com base numa aliança vitalícia entre duas pessoas (uma mulher e um homem) casadas em primeiras núpcias e que produzem descendência por intermédio de relações sexuais. Essa aliança baseia-se, continua a definição, na proibição do incesto.

Quando revemos essa definição, que não tem mais de 80 anos, torna-se evidente a distância conceptual em relação às configurações atuais da família e do casal. Em primeiro lugar, porque atualmente uma família não resulta necessariamente de uma união de fato. As famílias monoparentais recordam-nos essa possibilidade. Mesmo que a união adquirisse o estatuto de casamento, ninguém assumiria a sua condição vitalícia, para além dos juramentos de ocasião. O aumento dos divórcios e das separações reflete essa tendência. Do mesmo modo, o casamento legal já não é sinónimo de heterossexualidade, pelo menos na maior parte do mundo. Além disso, as alterações tecnológicas no domínio da biologia, da farmacologia e da medicina, de que já falamos, fazem com que a descendência não resulte necessariamente de uma relação sexual entre um homem e uma mulher. Não há dúvida de que o panorama está mudando.

Mas essas mudanças no estatuto dos vínculos (de sólidos a fluidos) não implicam apenas uma mudança na definição da noção de casal, mas de qualquer relação afetivo-sexual, por mais estável que

seja. Consideremos, por exemplo, o seguinte: se a instituição moderna do casal nasce do afastamento das escolhas românticas individuais do tecido social, a instabilidade é inevitável; nas sociedades atuais, estes vínculos tornam-se ainda mais instáveis. Em primeiro lugar, porque se consolidaram os processos de desritualização que o amor romântico sofreu durante o século XX. Pense-se, por exemplo, no desaparecimento de rituais como o pedido de casamento ou a cerimônia pública de noivado. Por outro lado, porque a desritualização dos vínculos afetivo-sexuais é contemporânea de um outro processo: a expansão do uso de aplicativos de namoro como espaço de socialização afetivo-sexual sob critérios fundamentalmente de consumo. Abre-se, então, para os sujeitos, um intercâmbio sem limites ou restrições. Surge, inevitavelmente, a pergunta: que consequências subjetivas terá tal situação?

Uma última observação sobre a instituição moderna do casal. Como já assinalámos anteriormente, a própria noção de casal é uma construção recente e moderna. A sua novidade reside, como já dissemos, na substituição de critérios de seleção familiares e de linhagem por critérios individuais e afetivos. Nessa mudança, o casal ganha volume e se torna uma instituição total. O casal moderno se torna o mundo, o mundo é pensado a partir desse dispositivo vincular. No entanto, a fluidez do nosso tempo leva-nos a questionar a possibilidade ou a viabilidade do casal como instituição total. E não estou pensando apenas na crise da monogamia em particular. Questiono antes as experiências subjetivas, talvez dos mais jovens, em que o vínculo do casal é apenas mais um vínculo e não o organizador da existência.

V

Até aqui discutimos sobre as transformações nas configurações familiares e de casal no contexto da crise do patriarcado. Mas gostaria de me debruçar sobre um último tema ligado às subjetividades contemporâneas.

No contexto dos processos de transformação social, política, cultural, tecnológica e econômica, as sociedades modernas foram forjadas com base numa clara distinção entre os espaços público e privado, desempenhando este último um papel central como ninho da subjetividade. Neste espaço de intimidade, constituiu-se uma subjetividade que – pela primeira vez na história da humanidade – foi pensada como um indivíduo. Ou seja, na primeira pessoa do singular. Sobre a história desse “eu” como interioridade no campo da subjetividade, há muito a historicizar. A história dessa percepção subjetiva é longa e complexa. E não temos tempo para a rever aqui. No entanto, vale ressaltar que a psicologia e a psicanálise fazem parte desse processo. Tanto Santo Agostinho como Freud contribuíram para a formação dessa interioridade.

Mas, como salientamos, a nossa subjetividade está em processo de mutação. Num mundo hiper conectado e globalizado como o nosso, as barreiras entre o público e o privado diluem-se. E, nalguns casos, até desapareceram. Desse modo, a experiência subjetiva assume outras formas à medida que a vida quotidiana se torna um espetáculo público pelas e nas redes sociais. Como assinala a antropóloga Paula Sibila em *A intimidade como espetáculo*, a subjetividade intro-dirigida (pensemos, por exemplo, no diário íntimo como modalidade de autorreflexão do eu) transforma-se em configurações alter-dirigidas (pensemos nas narrativas nas redes sociais que se constroem com o olhar do outro e nos likes). Nesse quadro, a experiência da intimidade perde peso e ainda mais centralidade para a produção de subjetividade.

Contudo, nessa nova interface entre o público e o privado, emerge um outro tipo de experiência do eu. Talvez mais centrada no corpo e no seu desempenho do que nos meandros da psique ou nos abismos da alma. Essas mudanças nos espaços de manifestação do eu convidam-nos a refletir sobre essas formas subjetivas. Porque, nessa cultura das aparências e dos espetáculos, o mal-estar e o sofrimento são também convidados para o encontro. E é por isso que será também

necessário investigar as formas assumidas, nesse contexto, pelo mal-estar na cultura.

VI

Um último aspecto. Quando problematizamos as variações das subjetividades, problematizamos também as variações das formas de sofrimento. Se nas sociedades antigas, homens e mulheres sofriam pela distância, maior ou menor, do que deveriam ser ou do que a comunidade esperava deles; nas sociedades modernas, o sofrimento estava vinculado à tensão que atravessava os sujeitos entre os desejos pensados na primeira pessoa e o imperativo social. A sociedade contemporânea, por outro lado, confronta-nos com outras formas de sofrimento. Novas e associadas à fragmentação e à desvinculação. Até mesmo com a falta de certezas e incertezas. As variações dessas formas subjetivas de sofrimento nos colocam diante de novos desafios. Talvez esta reflexão sobre a História e a Psicanálise nos permita continuar a rever tanto as novas subjetividades como as novas estratégias.

Referências

- Dubet, F. (2002). *El declive de la institución. Profesionales, sujetos e individuos en la modernidad*. Barcelona.
- Coontz, S. (2006). *Historia del matrimonio. Cómo el amor conquistó el matrimonio*. Barcelona.
- Aries, P. (1986). *El niño y la vida familiar en el Antiguo Régimen*. Barcelona.
- Bauman, Z. (2003). *Modernidad Líquida*. México.

2. Uma visão psicanalítica¹

Maria Aparecida Quesado Nicoletti

Introdução

Entender o tema casal e família nos dias atuais, tendo como contexto a intersubjetividade entre as pessoas, sempre é uma tarefa difícil. É possível constatar isso, usando apenas o senso comum e acompanhando as notícias diárias que nos informam sobre novas configurações familiares, divórcios, violência familiar, feminicídio, leis de proteção à mulher, entre muitas outras.

Temos acompanhado um conflito de casal estabelecido entre parceiros excepcionalmente notáveis, seja porque integram o meio cinematográfico de Hollywood, seja pelos detalhes escabrosos sobre sua vida matrimonial, que ambos despejam na internet, no transcorrer de um processo judicial transformado em drama televisivo, assistido por bilhões de pessoas espalhadas por todo o planeta. Esse drama se presta a exemplificar as incontáveis formas de agressão que um homem e uma mulher, unidos pelo matrimônio, podem praticar, um contra o outro.

1 Apresentado no 1º Encontro ENTRE História e Psicanálise – Famílias: passado e presente. Encontro on-line da Comissão de Psicanálise de Casal e Família – Federação Psicanalítica da América Latina (CPCF – Fepal) dia 28 de maio de 2022.

As mudanças socioculturais, econômicas e políticas pelas quais passamos ao longo do século XX são absolutamente inéditas na história mundial e suas consequências continuarão a repercutir em múltiplas esferas da vida humana no planeta. No entanto, o imaginário popular ainda parece conceber a ideia de casal como a união entre duas pessoas heterossexuais, cujo objetivo principal, ainda que não consciente, é conviver em um mesmo espaço e formar uma nova família, gerando pelo menos um filho.

Esse “modelo mental” ainda predominante, que já dura cerca de cem anos e ficou conhecido como “configuração nuclear de família”, está claramente sendo submetido a tensões reformadoras, criadas pelas características sociais, políticas e tecnológicas da nossa época. Com efeito, na segunda metade do século passado e nas primeiras duas décadas deste nosso século XXI, noções como sexualidade, papéis dos sexos no casamento e limites da vida em família, sofreram e continuam sofrendo mudanças muito significativas.

Em termos psicanalíticos históricos, provavelmente a mudança mais importante ocorrida na dinâmica das relações de casal estabelecidas para fins duradouros, tenha sido a invenção do casamento por amor, em contraposição ao casamento arranjado por interesses políticos e econômicos que predominou por muitos séculos (Moguilanski; Nussbaum, 2011, p. 17).

Em um espaço de tempo curtíssimo, quando se toma como referência os registros históricos, as descobertas sobre as forças intrapsíquicas postas em movimento, no limiar do século XX, com a invenção do inconsciente por Sigmund Freud, foram sendo rapidamente enriquecidas por psicanalistas europeus, norte-americanos e sul-americanos.

Ao longo de sua trajetória, Freud usou sua mente treinada, tanto na observação de doentes, quanto em pesquisas neurológicas, para identificar manifestações comportamentais e narrativas apresentadas

pelas suas pacientes, em sua maioria diagnosticadas como histéricas. Prestando particular atenção às narrativas dessas pacientes e ao comportamento que apresentavam durante as sessões, Freud elaborou a teoria sobre a existência de um novo aparelho psíquico, que descreveu, sucessivamente, nas suas duas tópicas:

1. Consciente – Pré-consciente – Inconsciente;
2. Id – Ego – Superego.

Não há espaço e nem tempo para examinarmos aqui como isso aconteceu. O que me parece caber aqui é esboçar um breve resumo sobre como usamos atualmente o imenso legado psicanalítico de raiz freudiana, modificado por tantas mentes psicanalíticas e, especificamente, as que povoam o campo da psicanálise de casal e família.

Psicanálise individual e psicanálise de casal/família: algumas especificidades

Em que pese o fato inegável de que Freud dedicou grande parte de seu esforço para conhecer e compreender o mundo intrapsíquico, cabe dizer que ele não ignorou a existência das forças interp-síquicas, postas em movimento pelo grupo, seja este uma agremiação, seja a multidão reunida em alguma praça, seja o grupo familiar. Sobre este último, Freud se referiu, em diversos dos seus textos, de forma mais ou menos velada, à noção de família.

Por exemplo, quando afirmou, a respeito do instinto social, somente estimulável pela presença do grupo: “nossa expectativa é que o instinto social não seja primitivo e que possa ter origens no interior de pequenos grupos, como o composto pela família” (Freud, 1922). Ou então quando se aproximou da noção de família para falar de psicopatologia individual, como em 1895, com o caso Elizabeth von R, no qual ele vinculou sintomas somáticos a uma particular dinâmica familiar (Freud, 1972). Seguiram-se outros exemplos como em 1905, acerca do Caso Dora (Freud, 1974), no qual mostrou-se interessado

nas relações familiares dos doentes, afirmando que Dora tinha um lugar determinado pela dinâmica familiar, devido à sua morbidade, conferindo sentido intersubjetivo aos sintomas que a paciente apresentava e afirmando que toda doença é intencional e é expressão de uma modalidade vincular particular. Essas referências que Freud fez, de forma passageira, à família, transformaram-se, no nosso tempo, em campo de pesquisas que confirmam a importância do grupo familiar para os processos de subjetivação do bebê.

Ao longo dos anos, diversos autores, de diferentes partes do mundo, passaram a apontar dinâmicas psíquicas diferentes daquelas que Freud havia mencionado, ao se referir à metapsicologia. Algumas dessas especificidades foram descritas por psicanalistas no trabalho com crianças, como as relações objetais (Klein, 1946); a ideia de maternagem suficientemente boa (Winnicott, 1999) e a noção de apego (Bowlbi).

O início da abordagem psicanalítica de casal e família

Já a partir dos anos 1940, alguns autores passaram a elaborar teorias especificamente voltadas para a análise de casal e família, como a noção do vínculo (Pichon Revière (1991), Berenstein e Puget (1997), cuja evolução levou a teorias, como as alianças inconscientes (Kaës, 2014), os organizadores familiares (Eiguer, 1989) e diversas outras que hoje nos servem de orientação para o trabalho psicanalítico com casais e famílias. Com eles, chegamos aos nossos dias, nos quais a psicanálise de casal e família me parece estar suportada por corpo teórico suficientemente bem desenvolvido, no que se refere ao modelo de casal moderno, isto é, ao casal formado por parceiros heterossexuais, com poucos filhos, cuja união estável/matrimonial passa por períodos evolutivos que conhecemos razoavelmente bem, que podem resultar na consolidação do vínculo longo prazo do casal ou na sua dissolução.

Quando comparo as narrativas de vida de casais heterossexuais que buscam ajuda psicanalítica, não raramente me deparo com situações que confirmam a frequentemente referida dificuldade que existe para separar, no atendimento de casal e família, o material psíquico individual. O que ouço, no atendimento é material produzido pelos dois participantes no vínculo, o que me leva à confirmação empírica da teoria que considera o vínculo de casal como paciente na sessão psicanalítica. Centrar a atenção no vínculo de casal não quer dizer que a subjetividade individual não é levada em conta. Pelo contrário, a apreensão do significado e da importância da transgeracionalidade nas dinâmicas de casal e família constitui um dos pilares do trabalho psicanalítico.

Algumas considerações sobre o casal homoafetivo

Quando o contexto psicanalítico é o de casal e/ou a família homoparental, o corpo teórico que dispomos para lidar com a intersubjetividade me parece muito menos desenvolvido do que o que encontramos no contexto hétero. Acredito que ainda não podemos contar com uma homonormatividade que nos ajude a entender se os organizadores familiares são similares aos que conhecemos no casal/família hétero. Também sabemos muito pouco sobre como, uma vez formados, os casais homoafetivos consolidam seus vínculos, e em que bases subjetivas o fazem. De forma que a psicanálise tem ainda um longo caminho a percorrer para entender melhor as origens intrapsíquicas e o papel das condições contextuais de época que aparentemente se entrelaçam na formação intersubjetivas desses casais.

Onde estamos nos dias atuais

Para esta apresentação, escolhi esboçar em linhas gerais os fundamentos teóricos da psicanálise de casal/família com os quais trabalho atualmente. Na minha experiência, geralmente o casal está sofrendo

e se encontra como que psicologicamente paralisado por algum tipo de conflito, para o qual, nenhum dos parceiros na dupla parece capaz de encontrar uma saída que permita desfazer as posições intrassubjetivas cristalizadas que os mantêm presos na repetição de acusações mútuas, mal estar no vínculo e afetos negativos, que tornam a vida comum muito difícil.

De maneira sintética, vou abordar a problemática que origina os conflitos que mais frequentemente trazem casais/famílias para o meu consultório privado, localizado em São Paulo. Enquanto refletia sobre como organizar esta minha fala sobre tema tão extenso e complexo, decidi formular duas perguntas que servissem de eixo orientador para o desenvolvimento desta minha aproximação ao tema psicanálise de casal/família no presente. São as questões:

- Como a psicanálise de casal e família explica a existência frequente de casais formados na vigência da união conjugal por amor, se ver imobilizado na rede de ressentimentos mútuos que transforma em sofrimento contínuo o amor inicial que existia entre a dupla?
- Qual é o quadro de referência psicanalítica básico que utilizo para estabelecer o setting terapêutico para casais/famílias em conflito e para as consequências da situação sobre a vincularidade da dupla e de sua nova família?

Começando pelo quadro de referências que utilizo na prática

No mundo real, a *família ideal não existe* ou é rara. O que se encontra são casais e famílias enredados em vicissitudes no amor conjugal, amor filial e amor fraterno. A *estrutura afetiva necessária* para levar a bom termo a *função familiar* é complexa em razão da dinâmica com que o casal moderno é formado, a partir do fenômeno que Mogueuilansky e Nussbaum (2011) denominaram “a ilusão apaixonada do amor

recíproco aliada à sexualidade, como receita para a felicidade” que sabemos, o que não se dá totalmente por acaso; ela se delinea, antes mesmo que o casal inaugural se conheça. De fato, cada um deles, no primeiro encontro, traz consigo as “sementes” do arranjo inconsciente de grupo, estruturado em torno do conceito de “organizadores grupais” (Eiguer, 1989, p. 18).

Os organizadores familiares são constituídos por dinâmicas psicossociais que orientam o par na aproximação social e sexual que resulta na formação da família nuclear moderna. Tais dinâmicas, em geral, são categorizadas como: “escolha do parceiro”; “construção conjunta do Eu familiar” e “fantasmaticização”. Em cada uma dessas etapas, que estão presentes nas atitudes, ações e desejos dos sujeitos que buscam formar um casal, as forças subjetivas que os guiam estão situadas no nível inconsciente de seu aparelho psíquico. Tanto na escolha do parceiro, quanto na construção conjunta dos vínculos de casal e família, predomina a ilusão do amor recíproco.

Relacionamento sexual adulto e formação do casal

De acordo com Mary Morgan (2021),

na passagem da adolescência para a etapa adulta do nosso desenvolvimento psíquico, nos separamos psiquicamente, de nossos pais, assumindo o controle de nosso corpo e da nossa sexualidade. E então, para a maior parte de nós, decidimos estabelecer um relacionamento sexual adulto e nos tornarmos um casal, embora, como afirma Weddell, desenvolver tal capacidade pode, para alguns, exigir muitos anos e várias tentativas diferentes. (tradução livre)

De fato, a clínica nos mostra que a capacidade de instituir relacionamento adulto de casal varia muito no processo de formação

do casal moderno. E isso ocorre mesmo quando seus organizadores estão razoavelmente bem encadeados. Esse desenvolvimento, quando ocorre, se dá em meio a riscos que, após algum tempo, ameaçam a continuidade dos vínculos de casal, seja pelas injunções da nossa cultura, seja pela carga transgeracional que os parceiros formadores do casal trazem consigo, no momento da escolha do parceiro. Teoricamente, o vínculo de casal se instala de maneira que haja a criação de um relacionamento sexual adulto entre os parceiros e que essa instituição origine a criação de um “terceiro simbólico”; um espaço mental instituído pela dupla que permite que ambos disponham de um lugar para pensar a relação de casal em termos da fundação de seus vínculos, centrados em relações sujeito-sujeito e não em identificações projetivas baseadas em relações objetais inconscientes, que levam um ou ambos os membros da dupla a vivenciar ilusões fusio-nais e formas desagregadoras de comportamento.

Não raramente, situações de conflito entre os parceiros no casal, são motivadas por problemas de identidade e heranças transgeracionais negativas presentes já na fase de escolha do parceiro. Via de regra, tais situações não são reconhecidas pelos envolvidos na busca por um parceiro e seus efeitos sobre o vínculo de casal passam a se materializar como conflitos que parecem entrar em modo de repetição de acusações mútuas que, se não devidamente cuidado, por meio de procedimentos de análise de casal, podem levar à ruptura irreversível do vínculo.

Algumas palavras de alerta sobre o atendimento psicanalítico do idoso e a psicanálise de família

No processo de envelhecimento, pode-se identificar, do ponto de vista psicanalítico, uma intersecção que existe entre a realidade biológica inquestionável da velhice, a qual pavimenta, inapelavelmente, a estrada da finitude e a realidade psicanalítica da “desnarcisação” do sujeito idoso, provocada, tanto por determinantes intrapsíquicos,

quanto pela exclusão social e o abandono, que não são raros, nesses dias atuais. Essa é uma situação que torna solitária e aterradora a caminhada rumo ao destino final da existência humana.

Anthony Guiddens (1991) chama essa situação de “sequestro da experiência”, significando que, na modernidade, o contato direto das pessoas com situações e eventos do dia a dia da família, que as ligam com os temas gerais da vida, se tornam raros e, por isso, é comum encontrar pessoas despersonalizadas. Menos do que a separação entre pessoas, arremata Guiddens, o isolamento existencial é o fenômeno “sequestrador”.

Na minha prática clínica com idosos percebo a existência de analisandos que, apesar de viverem em seus próprios lares, geralmente com autonomia conferida pela situação financeira confortável e pela ausência de doenças gravemente incapacitantes, enfrentam problemas emocionais.

Esses problemas podem ocorrer, tanto com pacientes institucionalizados, como em pacientes que vivem de maneira autônoma. Nestes últimos, a procura pelo trabalho analítico geralmente parte dos filhos e o que os motiva, em geral é a constatação de sofrimento do seu parente idoso ou a existência de conflitos vivenciados nas relações entre os membros da família. O trabalho analítico fica favorecido quando, a despeito dos afetos negativos, oriundos de conflitos interpessoais e de sentimentos de culpa, o vínculo de família se mantém presente. A presença do vínculo é sugerida não apenas pela atitude inicial da família, que propicia os meios para a análise e se mostra receptiva a mudanças, mas também pela sua participação ativa no processo de criação de ambiente familiar favorável para que o idoso possa desempenhar novos papéis e, em decorrência disso, perceber no convívio familiar, oportunidades de reinvestimento narcísico, que lhe permita articular o seu presente e delinear uma possibilidade de futuro.

Conclusão

Apesar das dificuldades com que os casais e as famílias se defrontam na atualidade, o desejo de casar e constituir família tem grande apelo. A família ainda é a principal maneira com que nos organizamos para gerar filhos e viver em sociedade. É dentro dessa mesma matriz social, nem sempre favorável ao desenvolvimento de subjetivação funcional, que o recém-nascido iniciará seu viver e será exposto às forças governadas pelos princípios do prazer e da realidade, cujos efeitos dependerão, do ponto de vista psicanalítico, de alguns elementos intersubjetivos que governaram, tanto a fase da busca do parceiro(a) para a formação do casal, quanto a produção interpéssica adulta do casal.

Quando algo não vai bem nesse cenário, o psicanalista de casal e família pode proporcionar, com o emprego de teorias e técnicas apropriadas, tanto a compreensão dos significados inconscientes que o casal ou a família ignora, quanto a construção de um espaço interpéssico para pensar o presente e o futuro da relação.

Referências

- Berenstein, I.; Puget, J. (1997). *Lo vincular: clínica y técnica psicoanalítica*. Paidós.
- Eiguer, A. (1989). *Um divã para a família* (180p.). Artes Médicas.
- Freud, S. (1972). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: Freud, S. *Fragmento da análise de um caso de histeria; Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos 1901-1905* (p. 5-119). Imago. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v.7)
- Freud, S.; Breuer, J. (1974). Casos clínicos. In *Estudos sobre a histeria*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (v. 2, p. 61-231). Imago. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 2).

- Group Psychology and the Analysis of the Ego. (1922). *International Psycho-Analytical Press*, p. viii, 134. (Tr. J. Strachey.)
- Guiddens, A. (1991). *Modernity and Self-Identity – Self and Society in the Late Modern Age* (256 p.). Stanford University Press.
- Kaës, R. (2014). *As alianças inconscientes*. Ideias&Letras.
- Melanie, K. (1946). Notes on some schizoid mechanisms. *J. Psycho-Anal*, London.
- Moguilansky, R; Nussbaum S.L. (2011). *Psicanálise vincular: teoria e clínica* (270 p). Zagodoni.
- Morgan, M. (2021). Aspects of time and space in analytic work with couples. *International Review of Couple and Family Psychoanalysis* (p.523-525). Disponible en: https://aipcf.net/revue/wp-content/uploads/2021/12/11-AIPCF_N.-25_2-2021-MORGAN-anglais.pdf. Acceso en: 02 mayo 2022.
- Pichon Rivière, E. (1991), *Teoria do vínculo* (4ª ed.). Martins Fontes.
- Winnicott, D.W. (1999). *Os bebês e suas mães*. Martins Fontes.



Os trabalhos que compõem este livro representam diversas perspectivas teóricas e clínicas do trabalho psicanalítico com casais e famílias na América Latina, abrindo a oportunidade de pensar o íntimo e o público, a história da família e do amor, a violência, o transgeracional, o suicídio, as relações passionais, o contemporâneo e seus desafios, entre outros temas.

A obra abre um espaço para a reflexão da diversidade e da diferença, sempre surpreendente e, talvez, incômoda, mas sem a pretensão de agrupar os trabalhos de forma harmônica por temas ou abordagens teóricas, apenas pelo desejo de aprofundar o conhecimento dessa temática.

Outra conquista significativa é o fato de ter sido publicada em espanhol e português, abrangendo todas as regiões da América Latina.

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-2263-7



9 788521 222637



www.blucher.com.br

Série
Fepal
COORD. MARINA MASSI

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

Psicanálise de casal e família

Reflexões latino-americanas

Adriana Navarrete Bianchi, Paulina Zukerman (Org.)

ISBN: 9788521222637

Páginas: 322

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2024
